

## EDUCAÇÃO, COMUNICAÇÃO E DIREITOS HUMANOS: ANÁLISE DAS AÇÕES DA REDE JUSTIÇA NOS TRILHOS <sup>1</sup>

Francisca Daniela dos Santos Souza; Roseane Arcanjo Pinheiro

Graduada no Curso de Jornalismo; Profa. Dra do Curso de Jornalismo/UFMA Imperatriz

Universidade Federal do Maranhão (UFMA-Imperatriz)

**Resumo:** O trabalho analisa as ações educativas da Rede Justiça nos Trilhos, que mobiliza comunidades dos municípios que vivem às margens da Estrada de Ferro Carajás sobre os direitos humanos e os impactos socioambientais. Para compreendermos as práticas educativas, a comunicação comunitária e os movimentos sociais temos as contribuições de Paulo Freire, Cicilia Peruzzo e Glória Gohn. Conclui-se que a Rede apreende as comunidades como sujeitos do processo de transformação social.

**Palavras-Chave:** Educação; Comunicação; Direitos humanos; Rede Justiça nos Trilhos; Maranhão.

### INTRODUÇÃO

A mineração é um exemplo de atividade que explora intensivamente os recursos naturais, sobretudo no uso do solo e da água. Segundo aponta a pesquisa intitulada “Injustiça ambiental e saúde no Brasil - O mapa dos conflitos”<sup>2</sup>, por se tratar de uma atividade intensiva em capital, é comum a mineração em sua fase de operação, gerar uma quantidade restrita de empregos, geralmente de baixa qualidade, o que reforça um ciclo perverso de reprodução de desigualdade socioeconômica (PORTO, 2013, p. 175).

Nesse sentido, é que em 2007 nasceu a campanha Justiça nos Trilhos, formada por uma rede de comunidades e movimentos sociais com o objetivo de reivindicar compensações ambientais por desastres causados pela maior cadeia mineradora do país, o Programa Grande Carajás (PGC). As problemáticas e conflitos decorrentes da atividade de mineração atingem não apenas comunidades brasileiras, como também as de outros países. Em 2010, a campanha ganhou maiores proporções e tornou-se uma Organização Não-Governamental (ONG) de respaldo internacional, intitulada Rede Justiça nos Trilhos.

<sup>1</sup> Trabalho de conclusão do Curso de Comunicação Social- Habilitação Jornalismo da Universidade Federal do Maranhão (UFMA- Campus Imperatriz/CCSST).

<sup>2</sup> Elaborado por pesquisadores da Fundação Oswaldo Cruz (Fiocruz); Federação dos Órgãos para Assistência Social e Educacional e com o apoio do Departamento de Vigilância em Saúde Ambiental e Saúde do Trabalhador.

A Rede ampliou os seus trabalhos e implantou um Núcleo de Comunicação para estreitar relação e trocar informações com as comunidades situadas às margens da Estrada de Ferro Carajás (EFC). É nesse sentido que o trabalho objetiva responder como o Núcleo de Comunicação da Rede Justiça nos Trilhos atua na promoção dos direitos humanos<sup>3</sup>. Para conhecer as atividades realizadas pelo Núcleo de Comunicação da Rede Justiça nos Trilhos, a equipe foi acompanhada entre o dia 15 de setembro a 28 de outubro de 2015. Para isso, foram utilizadas algumas técnicas do método etnográfico (observação participante), em seu ambiente de trabalho.

## DESENVOLVIMENTO

Os grandes empreendimentos desenvolvimentistas acarretam desigualdades, desastres e impactos socioambientais, que atingem diretamente populações e comunidades tradicionais (quilombolas, indígenas, camponeses e etc.): remanejamentos forçados, rachaduras nas casas, atropelamentos e outros. Esses conflitos destroem vidas e desrespeitam os direitos humanos de centenas de trabalhadores/as. A Mesorregião do Bico do Papagaio (Maranhão, Pará e Tocantins) é um claro exemplo dos impactos negativos desses grandes empreendimentos.

Atualmente a Vale é a segunda maior empresa mineradora do mundo e proprietária única do Complexo Grande Carajás. Realiza exploração mineral em 22 países e está presente em 38. Seu lucro avaliado em 2013 estava em 406 milhões de dólares. Apesar dos lucros elevados e dos investimentos públicos em infraestrutura, não há retorno positivo para a população. Em 2015 foi divulgado o relatório de insustentabilidade da empresa Vale, construído a cada ano, pelo Movimento dos Atingidos pela Vale. Esse relatório apresenta os diversos desastres da empresa que vem se repetindo ao longo dos anos.

Com sua extensão de 892 km, a Estrada de Ferro Carajás (EFC) atravessa 23 municípios do Maranhão e quatro municípios do Pará, em plena planície amazônica, traçado disposto no sentido nordeste-sudoeste, com 24 trens que passam diariamente indo e voltando entre Carajás (PA) e São Luís (MA). Desse modo, a atuação da empresa Vale nesses municípios causa graves impactos negativos. Camponeses são ameaçados de sair de suas terras, sendo o latifúndio um inimigo constante desses pequenos agricultores, o que dificulta a subsistência humana, como mostra a pesquisa realizada no município de Açailândia (2012) pelo grupo interdisciplinar de Pós-Graduação em Sociologia e Direito da Universidade

<sup>3</sup> Os direitos humanos envolvem “o reconhecimento da dignidade inerente a todos os membros da família humana e de seus direitos iguais e inalienáveis é o fundamento da liberdade, da justiça e da paz no mundo” (ONU, 2009). A proclamação Universal dos Direitos Humanos foi um marco histórico na luta pela dignidade humana. Assinada por representantes de todas as regiões do mundo, foi aclamada em assembleia geral da Organização das Nações Unidas (ONU) em 10 de dezembro de 1948.

Federal Fluminense (PGSD/UFF). “A EFC foi construída literalmente atravessando os territórios, o que teve como consequência intervenções violentas nas dinâmicas sociais dos povoados” (SILVA, 2014, p.11).

Com o objetivo de exigir compensações ambientais foi criada a Rede Justiça nos Trilhos em 2007, que focou suas ações em assessorar comunidades que vivem às margens da Estrada de Ferro Carajás, especificamente, promover a participação popular dos 23 municípios do Maranhão que são atravessadas pela linha férrea. Esse cenário aponta que os movimentos e as ONGs se reestruturem segundo princípios do mercado e não exclusivamente ideológicos (GOHN, 2010, p. 338), buscando indenizações efetiva pelos danos causados à população.

Nesses locais, cortados pela linha férrea, existem 100 povoados, dentre eles ribeirinhos, camponeses, territórios quilombolas, terras indígenas, sítios arqueológicos, um mosaico de territórios formados por unidades de conservação, áreas de proteção permanente (SILVA, 2014). A instituição cultivou o objetivo de “envolver prioritariamente três segmentos da sociedade: os movimentos populares e a base da população, o meio acadêmico e as instituições públicas regionais e locais [...]”.

A campanha iniciou a partir do caso da comunidade de Piquiá de Baixo, distrito industrial que surgiu em 1970. Os missionários combonianos tomaram conhecimento das fortes violações de direitos vividos pelos moradores e passaram a contribuir com as ações desenvolvidas pelo Centro de Defesa, mobilizando e articulando a comunidade<sup>4</sup>. A autora Cicilia Peruzzo (2008, p.1) destaca que a atitude dos movimentos sociais é colocar a opção política a favor das comunidades e de uma sociedade mais justa, abrir possibilidades para a participação ativa do cidadão comum como protagonista do processo político.

## RESULTADOS E DISCUSSÕES

Os jornalistas da JnT estão em constante contato com as comunidades impactadas localizadas às margens da Estrada de Ferro Carajás. O primeiro contato do ano é sempre em janeiro, mês de planejamento das novas ações e de avaliação das atividades realizadas no ano anterior. É mantido um contato permanente com as lideranças das comunidades a fim de obter melhores resultados na apuração das informações e manter a participação dos moradores nas mobilizações. Outra iniciativa para estreitar essa relação é a promoção de oficinas de

---

<sup>4</sup> REDE JUSTIÇA NOS TRILHOS. Revista Não Vale: Privatização da Vale; Mineração no Carajás: balanço de 30 anos; O segredo do sucesso da Vale; Poluição da Vale em São Luís. São Luís, 2010.

formações em comunicação alternativa e direitos humanos, que contam com a participação de jovens.

Como explica Paulo Freire (1987, p. 64), é no processo de comunicação que a vida humana ganha sentido. Ao almejar a intercomunicação, através do diálogo entre a Rede Justiça nos Trilhos e as comunidades (lideranças, jovens, demais representantes, entre outros), a organização não-governamental sinaliza que compreende que as práticas educativas se concretizam como libertadoras quando o pensar sobre a realidade não pode ser imposto e sim efetivado por meio do diálogo, da valorização dos saberes dos sujeitos envolvidos e das experiências dos educandos. “É práxis, que implica a ação e a reflexão dos homens sobre o mundo para transformá-lo” (1987, p.67).

A equipe de assessores de comunicação, com as sugestões dos moradores das localidades, idealiza e produz materiais educativos como cartilhas, panfletos, boletins informativos, programas radiofônicos (nos formatos de radionovelas baseados nos depoimentos dos moradores das comunidades) e documentários. Busca-se incentivar uma criticidade, uma forma de entender os embates e os conflitos locais. Ao estimular a curiosidade dos que vivem a dura realidade, é propiciado a eles mais conhecimento para a construção de um olhar “rigoroso”, com mais referentes para analisar a situação vivida (FREIRE, 1996, p. 31).

Além de mobilizar os moradores, o setor de comunicação faz palestras em escolas, universidades e em outros eventos no Maranhão e outros estados. Dessa forma, sensibiliza outros segmentos sociais, como professores, estudantes e autoridades. Já organizou três exposições fotográficas: “Respiro: o ar sujo de Piquiá de Baixo”; “Impactos do Programa Grande Carajás”; “O preço do ferro”. As exposições passaram pelas cidades de Imperatriz, Açailândia e Marabá. Em outros momentos, foram feitas exposições fotográficas em São Luís (MA) e Belém (PA). A exposição fotográfica sobre os ‘Impactos do Programa Grande Carajás’ também foi apresentada na cidade de Milano, na Itália, em 2014.

Outra iniciativa é a revista ‘Não Vale’, uma publicação bianual, com 2 mil exemplares e circulação gratuita. Iniciou a partir da necessidade de divulgar os impactos negativos da mineração e os conflitos nas comunidades atingidas. A primeira edição, publicada em 2010, abordava os temas: ‘Privatização da Vale’; ‘Mineração no Carajás: balanço de 30 anos’; ‘O segredo do sucesso da Vale’ e ‘Poluição da Vale em São Luís’. Pois tinham o objetivo de revelar o outro lado da empresa Vale S.A. Nela apresentava documentações e estatísticas a fim de entender as contradições de sua atuação no Brasil, a partir do contexto do ‘sistema norte’ da empresa (Maranhão e Pará).

Seis artigos científicos compuseram a segunda edição da revista ‘Não Vale’ sob o tema “Duplicação do lucro privado e dos impactos coletivos”, lançada em 2014. Dessa vez, a equipe de comunicação da Rede trabalhara na produção da Revista. Os artigos científicos foram assinados por professores da Universidade Federal do Maranhão e pelo jornalista Lucio Flávio Pinto. Os artigos tratavam da duplicação dos trilhos pela empresa Vale S.A e do projeto S11D, exploração de outra mina no Pará. E por fim, a terceira edição da revista, lançada em fevereiro de 2016, com o tema ‘Nos trilhos da resistência. Comunidades reagem aos impactos do projeto S11D’. Relata temas como os atropelamentos, criminalização das lideranças das comunidades e aumento das manifestações nos trilhos.

É importante ressaltar que a produção desses materiais sobre direitos humanos e os impactos socioambientais, é decidida coletivamente e em consenso com as lideranças comunitárias. Essas ações são também realizadas a partir da demanda dos moradores das comunidades, que podem apresentar problemas vivenciados, necessidades ou denúncias.

As práticas educativas, que se propõem como emancipadoras, apreendem homens e mulheres como agentes conscientes e não sujeitos “vazios” (FREIRE, 1987, p.67). Essa consciência é *intencionada*, destinada a constituir uma forma de estar e atuar no mundo. Ao vislumbrar os moradores das comunidades impactadas como cidadãos capazes de mudar a realidade, a Rede Justiça nos Trilhos deseja empoderá-los porque incita-os a problematizar os conflitos e dilemas vivenciados no cotidiano, a conhecer as razões das dificuldades enfrentadas, a discutir possibilidades e construir ações conjuntas.

## CONCLUSÕES

A mobilização contra os projetos socioambientais que geram desrespeito aos direitos humanos traz à tona o leque de conflitos presentes no Maranhão. O Núcleo de Comunicação da Rede Justiça nos Trilhos mostra que é possível renovar as práticas profissionais no campo do jornalismo ambiental e estabelecer com as comunidades um diálogo capaz de contribuir para o debate público. As ações educativas, concretizadas nos processos dialógicos para conhecer as demandas dos povoados, a produção de cartilhas, a elaboração de programas de rádio, a produção de mídias impressas e as oficinas de formação dos jovens, ampliam o conhecimento das comunidades sobre a realidade social e econômica, assim o Núcleo de Comunicação fortalece a ação dos cidadãos e cidadãs para lutarem por justiça.

A Rede Justiça nos Trilhos, através do Núcleo de Comunicação, tem uma atuação destacada na promoção dos direitos humanos nas comunidades atingidas pela Estrada de

Ferro Carajás, porque marca suas ações educativas a partir do eixo da emancipação de homens e mulheres, através da problematização da realidade, da construção coletiva e da valorização dos saberes e dos sujeitos no processo de transformação da sociedade. Os desafios desse cenário constituem-se em manter a mobilização permanente para o enfrentamento do poder econômico e poder político, com projetos econômicos que ameaçam os interesses da maioria da população.

## REFERÊNCIAS

FREIRE, Paulo. Pedagogia do oprimido. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

\_\_\_\_\_. Pedagogia da autonomia. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1996.

GOHN, Maria Glória. Teorias dos movimentos sociais: Paradigmas clássicas e contemporâneos. **Movimentos sociais e ONG no Brasil na era da globalização**. Ed 8. São Paulo: Layola. 2010. Cap.9, p.285-320.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS. Declaração Universal dos Direitos Humanos. Rio de Janeiro: Unic/Rio/005, 2009.

PERUZZO, Cicilia M. Krohling. Direito à Comunicação comunitária, Participação Popular e Cidadania. **Geans SERVIÇOS EDUCACIONAIS**, set./dez 2008. Disponível em: [http://www.portalgeans.com.br/comcom/direito\\_a\\_comcom.pdf](http://www.portalgeans.com.br/comcom/direito_a_comcom.pdf). Acesso em: 15 de abr.2016.

PORTO, Marcelo Firpo. **Injustiça Ambiental e saúde no Brasil. O mapa dos conflitos no Brasil**. In:PORTO, Marcelo Firpo. PACHECO, Tania. LEROY, Jean Pierre (Org). Injustiça Ambiental Mineração e siderurgia. Rio de Janeiro: Fiocruz. 2013. Cap. 5, p. 175-201.

RIBEIRO, Ana Maria Motta. Do outro lado dos trilhos: Retratando assentamentos rurais ao longo da Estrada de Ferro Carajás em Açailândia (MA). **Confluências Revista interdisciplinar de Sociologia e direito**. Niterói, Rj, ano 14, n1, dez. 2012. Disponível em:<http://www.confluencias.uff.br/index.php/confluencias/article/view/299/247>. Acesso em: 15 fev. 2016.

SILVA, Sislene Costa. Legado de violações: impactos da Estrada de Ferro Carajás no Maranhão. **Revista Não Vale: duplicação do lucro privado e dos impactos coletivos**. Açailândia e São Luís. II edição. P. 08-21, 2013.